



CURRÍCULO, EJA E DIREITOS HUMANOS: REFLEXÕES EM UM MUNICÍPIO DE ALAGOAS

SANTOS, Anderson Silva¹

Grupo de Trabalho (GT): GT 1 – Educação, Direitos Humanos, Currículos, Sujeitos e Diversidades

RESUMO

O presente trabalho objetiva a análise do currículo da Educação de Jovens e Adultos (EJA) em Penedo-AL, articulando-o às transformações recentes e às implicações nos direitos humanos. Tomando consigo o currículo como práxis, construído nas práticas pedagógicas cotidianas, e não como documento estático. A pesquisa evidencia que apesar de avanços, ainda há certos alinhamentos com a BNCC, o que limita a diversidade cultural presente nas escolas. Contudo, a adesão ao Pacto da EJA em 2025 tem provocado revisões e reflexões sobre tais concepções, apontando para a necessidade de um olhar crítico que valorize a realidade dos educadores e educandos.

Palavras-chave: Currículo, Educação de Jovens e Adultos (EJA), Direitos Humanos.

INTRODUÇÃO

Esse trabalho parte das minhas inquietações a partir da minha atuação como professor da Educação de Jovens e Adultos (EJA), onde o objetivo primordial é analisar o currículo escolar desenvolvido na EJA nas escolas de Penedo-AL se atentando as transformações postas para a modalidade e as implicações voltados aos direitos humanos.

Nesse artigo, o Currículo é entendido como *práxis* e não como documento acabado ou estático, configurando-se por meio das ações e práticas pedagógicas que ocorrem nas escolas. Pensar currículo nessa vertente é entendê-lo num movimento de interpenetração e interlocução permanente entre a teoria educacional e a prática pedagógica cotidiana, diretamente ligada à produção de conhecimentos nos espaços escolares.

Considerando o cotidiano das escolas da modalidade, em Penedo o que se percebe que ainda existe um estreitamento das concepções curriculares ao documento da BNCC que aos poucos vem sendo desmitificado. Ações práticas que começam a ser revistas depois da adesão ao Pacto da EJA neste ano de 2025. Para tanto, essas vertentes e reflexões demandam um olhar atento para que compreendessem os conceitos fundantes que são imposto aos educandos com propostas curriculares engessadas,

¹ SEMED-Penedo/AL. E-mail.santos.andersonsilva.02@gmail.com





padronizadas, normalizadas e que ainda não reflete as diversidades culturais dos educadores e dos educandos.

OBJETIVOS

Objetivo Geral:

Analisar o currículo escolar desenvolvido na EJA nas escolas de Penedo-AL se atentando as transformações postas para a modalidade e as implicações voltados aos direitos humanos.

Específicos :

Entender as bases conceituais sobre o Pacto da EJA e Direitos Humanos;

Perceber a relevância das discussões em torno do pacto da EJA no município de penedo;

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Concepções de Currículo

O currículo é visto nesta instância como ponte para eventuais mudanças. De maneira idealizada, este documento deve ser capaz de contemplar os aspectos individuais, de vivência e formação da identidade do sujeito. Se destacando sob uma esfera crítica, onde essa relação harmoniosa do educador para com o educando possa ser de transmitir valores e experiências de vida, não unicamente uma absorção de conteúdos programados sem nenhum laço que possa aproximar de sua realidade. (Silva,1999).

Silva (1999) ainda valida a construção de um currículo dinâmico onde as vivências do educando sejam posta em ênfase. Visto que esse caminho que a educação faz leva uma transformação bem singular para todas as partes envolvidas e não podemos percebe-la de maneira isolada. Precisamos sistematizar essa construção e reconstrução de saberes.

Já Freire (1996) traz consigo uma preocupação para com o olhar do docente em função do discente. Na sua fala ele compreende que não podemos ignorar os conhecimentos, as vivências, as habilidades do discente e que esse processo por sua vez





é de total reforma para ambas as partes. Também faz uma discussão a cerca do ato de ensinar e de aprender que andas juntos e não deve existir uma condição de objeto para ambos.

BNCC e EJA

No que tange à minha prática docente, ao longo dos anos, tenho percebido que a tentativa de alinhamento do trabalho realizado na/com a EJA e as orientações que constam na Base Nacional Comum Curricular – BNCC (Brasil, 2018), como sugere o Parecer CNE nº 01/2021 (Brasil, 2021), não tem gerado resultados satisfatórios. Visto que a referida modalidade educacional não é sequer mencionada, bem como, as diversidades presentes em nosso contexto nacional parecem não ter sido consideradas no processo de elaboração do documento supracitado. Sendo assim, evidencia-se a necessidade de que pensemos práticas e currículos que sejam capazes de extrapolar as ditas prescrições e promover uma educação verdadeiramente emancipatória para os sujeitos da EJA. Nesta direção, Souza e Santos (2020, p. 121-122) argumentam que: “Não há como alcançar uma educação propulsora de mudanças se tomarmos cenários para contextualização do processo educativo descolados da realidade dos sujeitos”.

Na medida em que se compreende que, diferente da modalidade de ensino dito regular, a Educação de Jovens e Adultos não está claramente vinculada à BNCC, reconhece-se o quanto isto provoca lacunas no planejamento educacional e compromete a construção de programas que dialoguem com a diversidade de estudantes jovens, adultos e idosos, especialmente aqueles que carregam consigo marcas de opressão e silenciamento. Corroborando com este entendimento, Gadotti (2008) e Arroyo (2017) afirmam que a EJA deve ser pensada segundo suas especificidades e não apenas como uma extensão do que é prescrito nos documentos da base. Arroyo (2017) destaca que a EJA exige que dialoguemos diretamente com a realidade de seus educandos, e Gadotti (2008) reforça que esta modalidade deve ser considerada um espaço de libertação, em que a educação crítica e o reconhecimento da identidade dos sujeitos são protagonistas desse processo.

Assim, esta pesquisa busca fortalecer a compreensão de currículo emancipatório e que dialogue com a cidadania e identidade de sujeito outrora esquecidos nas próprias





concepções curriculares de instituições de ensino. Validando suas especificidades e o lugar social dos mesmos.

Direitos Humanos e a prática pedagógica na EJA

Dentro de uma perspectiva dos documentos oficiais que norteiam as concepções dos Direitos humanos voltados para a educação no país, temos o Plano Nacional (2007) e as Diretrizes Nacionais (2012) que compreendem o valor da cidadania e da inclusão de sujeitos outrora silenciados. Entretanto, esses documentos não são especificamente direcionados para a EJA. Abrindo um precedente para entender que não normativas direcionadas para essa modalidade. Sendo apenas possível encontrar a representação da EJA no Caderno de Educação em Direitos Humanos: Diretrizes Nacionais (2013) e de forma ainda incipiente. Com isso percebe-se que há uma necessidade de um documento que se direcione em específico para os sujeitos da EJA. (Mafra, 2018)

Entendendo por sua vez que os direitos humanos na educação consegue trazer a tona as nuances de narrativas capazes de discutir os direcionamentos básicos principalmente entre as diversidades. Com isso estabelecemos o diálogo para as peculiaridades da EJA que precisam ser representadas nas concepções curriculares e no pensar pedagógico das intuições de ensino (Mafra, 2018).

PROCEDIMENTOS ÉTICOS E METODOLÓGICOS

O presente estudo pode ser considerado como de natureza qualitativa, uma vez que está fundamentado em dados descritivos, privilegiando a compreensão da situação investigada e as concepções dos sujeitos participantes (Lüdke; André, 2018). Além disso, fez-se opção pelo desenvolvimento de pesquisa-ação em função de sua capacidade de gerar intervenções que permitam um diálogo contínuo entre teoria e prática, visando tanto a transformação social quanto a reflexão sobre o processo educativo (Thiollent, 2011). Além disso vislumbramos análise de documentos oficiais conforme aponta Kripka; Scheller; Bonotto (2015, p. 57) ao afirmar que “O desafio a esta técnica de pesquisa é a capacidade que o pesquisador tem de selecionar, tratar e interpretar a informação, visando compreender a interação com sua fonte”.

RESULTADOS





Por meio da instituição do Decreto nº 12.048/2024, o Pacto Nacional pela Superação do Analfabetismo e Qualificação na Educação de Jovens e Adultos (Pacto EJA) compreende uma política pública que em harmonia do Ministério da Educação, a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios preconiza ações pactuadas em várias frentes com o intuito de entender e sanar os principais gargalos estruturantes da modalidade conforme nos aponta o mesmo documento:

O Pacto estimula a ação intersetorial, articulando diferentes atores – estatal, setor produtivo e entidades do terceiro setor – com vistas a fortalecer a política de Educação de Jovens e Adultos – EJA, tanto na perspectiva de lidar com os altos índices de analfabetismo com os quais o país convive, quanto na elevação da escolaridade das pessoas com 15 (quinze) anos ou mais (Brasil, 2023, p. 4)

Essas medidas culminam em uma compreensão de amplos setores, onde tais atores estão mobilizados a enfrentar essas questões que assolam a EJA como os altos índices de analfabetismo. Diante desse diagnóstico que já é uma realidade presente, o Pacto somatiza ações ligadas a compreensão das realidades estruturantes e geradora de desigualdades para tentar sanar e minimizar esses problemas (Brasil, 2023). No tocante ao município de Penedo por meio da Lei Municipal Nº 1.765, de 06 de Maio de 2022, foi Instituída a bolsa auxílio permanência para estudantes da modalidade EJA para a Rede Municipal de Ensino de Penedo/AL. (Penedo, 2022). Esse incentivo atrelado as concepções do Pacto corrobora para uma visão assistencialista para esse sujeitos, onde em contrapartida os mesmos precisam demonstrar assiduidade para manter o auxílio. Além dessa medida que se aplica aos aspectos locais, a cartilha do Pacto atesta investimentos diretos em torno de “de 4 bilhões de reais para investimentos em diferentes ações para a superação do analfabetismo e a qualificação da EJA” (Brasil, 2023, p. 10), além da formação de professores, demonstrando dessa forma o comprometimento dos envolvidos em diferentes instâncias. No entanto é preciso salientar que mesmo diante dessas medidas os desafios para implementação dessas políticas públicas são eminentes. Principalmente se faz necessário que compreendamos que o Pacto como um mecanismo de reflexão das próprias percepções das diversidades que devem estar presentes no pensar pedagógico da modalidade.

No município em questão, além das medidas assistencialistas e interlocução de atores públicos, percebe-se que a gestão tem focado em formações junto aos





coordenadores pedagógicos e articuladores do Pacto com o intuito de disseminar as perspectivas desse programa para a comunidade escolar. No entanto, é preciso que pensemos em todos os gargalos para uma efetiva compreensão das medidas destacadas e que alcancem as realidades de nossos educandos bem como suas formações identitárias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, compreendemos que as políticas em torno do programa do Pacto tem fomentado reflexões acerca das concepções curriculares e elas devem ser presentes à medida que é evidenciado os direitos humanos como elemento de garantia de cidadania para os sujeitos da EJA.

Torna-se claro também que apesar das ações implementadas, o município de Penedo precisa evidenciar em suas concepções curriculares medidas que possam dar protagonismo a esses sujeitos, bem como seguir transpondo ao currículo de base prescrito; que em outros momentos já foi documento norteador para direcionar a modalidade. Entendendo ainda que entre as ações já adotadas, fortalecer ainda mais a formação de professores garante um olhar diferenciado para a prática pedagógica junto aos educadores.

REFERÊNCIAS

- ARROYO, M. G. **Ofício de mestre: Imagens e auto-imagens**. Petrópolis: Vozes, 2017.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>.
- BRASIL. Conselho Nacional de Educação (CNE). Parecer nº 01/2021, de 25 de maio de 2021. **Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos nos aspectos relativos ao seu alinhamento à Política Nacional de Alfabetização (PNA) e à Base Nacional Comum Curricular (BNCC), e Educação de Jovens e Adultos a Distância. Diário Oficial da União**, MEC/CNE, Brasília, 26 mai. 2021. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/media/acesso_informacao/pdf/DiretrizesEJA.pdf
- Brasil. **Cartilha do Pacto Nacional pela Superação do Analfabetismo e Qualificação da Educação de Jovens e Adultos**. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/institucionais/cartilha-pacto-eja.pdf> Acesso em: 18 ago. 2025.





GADOTTI, M. **Educação popular na prática educativa**. São Paulo: Cortez, 2008.

KRIPKA, R. M. L.; SCHELLER, M.; BONOTTO, D. L. **Pesquisa documental na pesquisa qualitativa: conceitos e caracterização**. Revista de investigaciones UNAD, Bogotá, Colombia, v. 14, n. 2, p. 55-73, julio-diciembre, 2015.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. 2ª ed. São Paulo: E.P.U., 2018.

MAFRA, Andressa Luiza de Souza. **A educação em direitos humanos: um olhar para a modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil**. [S. l.]: GEPEJA/UNICAMP, (2018) Disponível em: <https://periodicos.ifsc.edu.br/index.php/EJA/article/view/2505>

PENEDO (Município). **Lei Municipal nº 1.765, de 06 de maio de 2022. Institui a bolsa auxílio permanência para estudantes da modalidade EJA – Educação de Jovens e Adultos da Rede Municipal de Ensino de Penedo/AL**. *Diário Oficial do Município de Penedo*, Penedo, AL, ano X, n. 2328, 6 maio 2022. Disponível em: <http://www.penedo.al.gov.br/>. Acesso em: 18 ago. 2025.

SOUZA, E. S.; SANTOS, M. M. C. dos. **Formação de professores da EJA que atuam na socioeducação com privação de liberdade**. *Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento*, ano 05, ed. 08, vol. 08, p. 103-124, ago. 2020. Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educacao/privacao-de-liberdade>.

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação**. São Paulo: Cortez, 2011.

